

Publicado no jornal O DIA em 19.11.2019

Coluna: PIAUÍ PRESENTE

**FORTALECER OS ATUAIS MUNICÍPIOS
CRIAR APENAS MUNICÍPIOS “FORTALECÍVEIS”**

Antonio José Medeiros

Sociólogo, professor aposentado da UFPI

“Fortalecível” – a palavra parece que não existe; fica então criada, pois seu sentido é claro – o que pode ser fortalecido.

Desde que a Constituição de 1988 deu ao Município o status de ente federativo, o debate sobre o acerto e as consequências da decisão acontece. Agora vai se intensificar durante a discussão do projeto enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional.

O debate tem a ver com a suposta equipotência conferida pela autonomia municipal, diante da imensa diversidade demográfica e econômica dos municípios, tratando de modo igual os muito desiguais; e tem a ver com as dificuldades de gestão das administrações municipais pela carência de pessoal qualificado.

De fato, houve uma explosão de criação de municípios no Piauí e no Brasil. Entre janeiro de 1991 e dezembro de 1995 foram criados 103 novos municípios no Piauí; daí em diante, só foram criados três. É que a Emenda Constitucional nº 15 de 1996 tornou mais rigorosos os critérios para a criação de municípios. Numa década, passamos de 118 para os atuais 224 municípios.

O recenseamento da população dos municípios é feita a cada dez anos; mas a cada ano, o IBGE faz a projeção do crescimento ou decréscimo demográfico.

Segundo a projeção da população para 2019, são 78 os municípios do Piauí que têm menos de 5.000 habitantes, limite que o projeto coloca para a permanência do município como autônomo. Provavelmente, todos os municípios do Piauí que se enquadram nessa categoria não têm 10% de receita própria no cômputo geral de suas receitas.

Segundo o IBGE, 11 dos 78 municípios perderam população entre 2010 e 2019. O caso mais significativo é o de Alegrete do Piauí que viu sua população diminuída de 5.153 habitantes (acima do limite agora considerado no projeto) para 4.915. Perderam população também: Santana do Piauí, Francisco Ayres, Passagem Franca do Piauí, Paquetá, Sebastião Barros, Novo Santo Antônio, Vila Nova do Piauí, São Félix do Piauí, Olho d'Água do Piauí e Miguel Leão.

As receitas da maioria desses municípios se situaram entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões por ano, em 2017, último dado divulgado no site cidades@ do IBGE.

Chamam a atenção os valores dos impostos próprios: IPTU, ISS, ITBI.

Há uma resistência das prefeituras dos municípios menores em cobrar IPTU. O valor arrecadado por alguns municípios é ridículo (desculpem a expressão): cinco dos 78 municípios recolheram menos de R\$ 100,00 de IPTU no ano de 2017; 11 municípios entre R\$ 101,00 e R\$ 300,00; 13 municípios entre R\$ 301,00 e R\$ 1.000,00; e 24 municípios entre R\$ 1.001,00 e R\$ 5.000,00. Isso mesmo. E aqui já temos 68% dos municípios menores. A maior arrecadação foi de R\$ 67.900,00.

Ora, nenhum desses municípios tem menos de 200 domicílios urbanos. Se cada um pagasse R\$ 20,00 de IPTU por ano, a receita seria de R\$ 4.000,00; se pagasse R\$ 50,00, seria de R\$ 10.000,00 por ano – valor que é atingido por apenas 11 municípios.

O ISS vem sendo cobrada se o municípios, mas inda totalizando uma receita muito pequena, que reflete o pouco dinamismo econômico dos municípios, a informalidade das atividades econômicas ou ainda o receio de cobrar imposto. Dos 77 municípios, 20 arrecadam menos de R\$ 50.000,00 por ano em ISS; 30 municípios entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00; 22 entre R\$ 100.000,00 e R\$ 300.000,00; e apenas cinco acima disso, chegando a R\$ 750.000,00. A exceção em 2017 foi Ribeira do Piauí, que arrecadou R\$ 6.047.820,00, sobretudo pelos serviços de instalação da usina solar. Uma arrecadação que não se reproduz.

por ainda em valores

A 237